

# AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS NOVAS FORMAS DE REPRODUÇÃO DA VIDA.

TATIANE MARINA PINTO DE GODOY<sup>1</sup>

O trabalho tem importância fundamental na nossa sociedade. Ele é a inserção do Homem na vida social. À medida que as estatísticas de desemprego sobem nota-se um aumento do trabalho informal.

A crise de emprego pela qual passa o mundo atualmente, e isto é claro na América Latina, leva à precarização do trabalho, à instabilidade gerada pela flexibilização dos contratos e ao aparecimento de situações intermediárias entre o trabalho reconhecido e a desocupação.

Esta pesquisa trata das transformações nas relações de trabalho e no processo de massificação do consumo que originaram diferentes formas de reprodução, sejam elas das relações sociais, seja ainda dos mais diversos materiais transformados em mercadoria.

Neste artigo trataremos dos agentes que são responsáveis pela grande quantidade de materiais reciclados e que, no entanto, não têm a mesma participação nos ganhos provenientes deste processo. Analisaremos o papel dos catadores das ruas e suas condições de trabalho.

Tal trabalho também parte da análise do lixo-mercadoria, da discussão da sociedade de consumo e das artimanhas da produção capitalista em garantir a sua reprodutibilidade.

Ao produzir sua vida a sociedade produz, concomitantemente, o espaço da vida. Tais condições são produzidas pelo trabalho enquanto atividade humana. Assim, nosso ponto de partida é a produção socialmente determinada logo, a produção num determinado grau de desenvolvimento social que engloba também, a produção de indivíduos, em que ambos aparecem como resultado histórico.

**Eixo Temático: Revendo a Geografia do Subdesenvolvimento**

**Modalidade: Comunicação Livre.**

**Introdução:**

---

<sup>1</sup> Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/ UNESP.  
Endereço eletrônico: tatiane.godoy@uol.com.br

Vivemos hoje uma crise da cidade, decorrente do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada que se materializa no aprofundamento dos processos de segregação e mais especificamente, no caso deste trabalho, na deterioração da reprodução das relações sociais. Tal crise da cidade contém, como um dos problemas mais debatidos nos últimos tempos, a falta dos meios de reprodução da vida para um grande número de pessoas, ou seja, a falta de emprego.

Para que a acumulação se realize, cada vez mais os processos produtivos “descartam” a mão de obra humana, substituindo-a pelo uso da máquina. Destaco o termo descartar por que é justamente neste ponto que surgem muitas contradições. Pergunto: até que ponto o homem é descartado dos meios de reprodução do capital? Veremos no decorrer deste trabalho que o capitalismo se utiliza, de uma forma bastante degradada, do trabalho de milhares de pessoas que retiram do lixo o seu meio de sobrevivência.

Este trabalho parte da análise da cidade através da reprodução das relações sociais, que se realizam na forma de relações espaciais. Dessa forma a reflexão sobre a cidade é uma reflexão sobre a prática sócio-espacial.

Como bem analisa Carlos (2004), se vivemos uma crise da cidade também vivemos uma crise teórica, indicando assim que a análise do mundo deve considerar uma articulação necessária entre teoria e prática. Para a referida autora há a necessidade de construção de um “modo possível de pensar a cidade”, que se realiza a partir da análise de reprodução das relações sociais, que se realizam concretamente, na forma de relações espaciais – constituindo-se ao mesmo tempo em prática.

Nesta direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação (CARLOS, 2004 p. 07).

Portanto, a partir da análise da reprodução da vida de milhares de pessoas que tiram do lixo suas condições de sobrevivência, estaremos também realizando a construção de um modo possível de pensar a cidade, através da prática sócio-espacial dos catadores de lixo.

Para isso é necessária, a discussão do trabalho e seu conceito, e do que ele significa atualmente, isto implica também analisar a deterioração das relações de trabalho e acima de tudo a deterioração da reprodução das relações sociais.

A análise da sociedade produtivista também se faz necessária, através da forma como a produção se realiza, ou seja, no consumo, cada vez mais exacerbado e estimulado através das artimanhas da produção capitalista para garantir sua reprodutibilidade com a criação constante de novos objetos de curta durabilidade.

## O conceito de trabalho

A palavra “trabalho” deriva do latim *tripalium* cujo significado é: instrumento de tortura composto de três paus. Ao longo do tempo essa idéia de sofrer passou-se à de esforçar-se, à de lutar e, enfim, à de trabalhar.

Na história da humanidade o trabalho sempre existiu. Ele é uma condição imanente à existência da espécie humana e, desde suas formas mais rudimentares, está relacionado com o desenvolvimento de técnicas e caracterizado pela divisão do trabalho. Mas o pensamento intelectual do que vem a ser trabalho só ganhou expressão com a era industrial através da racionalidade moderna (HOPENHAYN, 2001 p. 15). Até este momento o trabalho era considerado um mal necessário, sendo por esta razão que a reflexão intelectual o dava a categoria de um fenômeno secundário.

O entendimento do que o trabalho significa atualmente na sociedade passa pela discussão de seu conceito. Hopenhayn (2001) considera que só com a sua negação que o conceito de trabalho adquire relevância, isto significa que a idéia de alienação do trabalho ou trabalho alienado é que o coloca nos âmbitos da especulação. Ao dizer que o conceito de trabalho começa com sua negação, o Autor refere-se ao fato de que o trabalho pode não ocorrer da maneira como se desejaria ou deveria ocorrer, ou ainda que não se tem entendido por trabalho o que se deveria entender. Daí a motivação de pensá-lo criticamente.

O trabalho e seu conceito se tornam críticos quando assumem sentidos e conotações contrapostos, ou dito de outro modo, quando se tornam ambíguos.<sup>2</sup>

Esta pluralidade de sentidos vem desde o fim do século XVIII, quando se passa a pensar criticamente o trabalho e seu conceito, elaborado inicialmente por Adam Smith e desenvolvido por Hegel e Marx. O trabalho assume configurações sociológicas diferentes conforme as relações e os modos de produção. Ele era exercido de forma coletivista e solidária nas sociedades tribais. Depois, com as peculiaridades próprias às diversas sociedades e épocas históricas, assumiu as formas de escravidão, servidão e trabalho assalariado. Enquanto nos escravismo e no feudalismo o trabalho sofria uma coerção extra-econômica, sancionada pela lei, no capitalismo o trabalhador sofre uma coerção puramente econômica, pois é juridicamente livre para contratar com um empresário a venda de sua força de trabalho por um prazo determinado.

Somados aos diversos conceitos, cristão, calvinista, à visão antropocêntrica e à visão economicista da economia política clássica, a modalidade de trabalho também muda

---

<sup>2</sup> HOPENHAYN, M. **Repensar el Trabajo**. Historia, profusión y perspectivas de un concepto. Buenos Aires: Grupo editorial Norma S. A., 2001. p. 16.

substancialmente com o advento da Revolução Industrial e sua nova divisão do trabalho, regime assalariado e insegurança no emprego. O desajuste entre o conceito de trabalho e o trabalho propriamente dito contribuiu para fazer deste conceito um problema, e com isto, constituiu-lo em um objeto de estudo. (HOPENHAYN, 2001, p. 17).

A Revolução Industrial imprimiu ainda um paradoxo entre a máxima socialização do trabalho, ao reunir tantos trabalhadores em um mesmo espaço físico e de maneira organizada para confeccionar um produto, e a máxima atomização do trabalho ao reduzir, parcelar e especializar cada indivíduo na configuração total de um produto. Outra ambigüidade emerge da economia política quando Adam Smith (apud HOPENHAYN, 2001, p. 18) destaca o trabalho como principal fator de produção e como motor do crescimento econômico, vendo apenas seu aspecto puramente econômico e desenvolvendo uma concepção da produção de riqueza onde o trabalho perde toda a sua conotação antropológica.

A conotação de trabalho alienado ou alienação do trabalho é dada por Hegel e Marx. A Revolução Industrial traz diversos elementos que tornam mais complexo o contexto histórico e filosófico em que surge o conceito crítico de trabalho, como já dissemos anteriormente. Um destes elementos é a tradição filosófica de exaltação da atividade humana e de sua capacidade de domínio e de transformação do ser humano com relação ao mundo, herdada pelo humanismo filosófico do século XVI e pelo idealismo filosófico dos séculos seguintes que cultivaram uma antropologia onde o ser humano era tido como um fundador da realidade. Tal tradição filosófica se contrapunha ao trabalho imposto pelo regime industrial, no qual as novas formas de produção deslocavam o trabalhador para um universo anônimo do capital. O homem que faz e que conhece não era uma característica do operário industrial.

A contradição entre o pensamento vigente, de um homem conhecedor do seu meio, e a realidade, de um operário que realizava tarefas segmentadas e por isso desconhecia o processo todo, foi o ponto de partida para que Hegel abordasse o conceito de trabalho.

A essência do conceito de trabalho em Hegel estava baseada no paradoxo herdado da filosofia de Fichte e das contradições da nova ordem mundial: “o trabalho atualiza e por sua vez aliena o ser; sem trabalho o sujeito não é nada, mas mediante o trabalho deixa de ser o que era”. (HOPENHAYN, 2002, p. 124). Outra contribuição de Hegel está no entendimento de que os objetos de trabalho não são coisas mortas, mas encarnações vivas da essência do sujeito, de maneira que ao tratar com estes objetos o homem está tratando, de fato, com outros homens. Isto implica num sentido positivo e negativo do trabalho. Positivo porque através do trabalho o sujeito toma consciência de si mesmo enquanto sujeito social, vinculado a outros sujeitos. Negativo porque o trabalho também é

dependência de uns em relação aos outros e, por isso, fica apegado ao 'reino das necessidades'.

Hopenhayn (2002, p. 126) escreve que Hegel acreditava superar a dimensão negativa do trabalho e de sua alienação nas relações geradas pelo trabalho, subordinando-o ao puro pensamento que se reconhece livre. "A alienação é, na dialética hegeliana, um momento necessário, produtivo e dinâmico na marcha do espírito". Desta forma, o idealismo de Hegel trata das contradições específicas do trabalho nas origens do capitalismo industrial, deixando pendente a análise histórica de alienação do trabalho retomada mais tarde por Marx.

E enquanto em Hegel as ambivalências que o trabalho (e seu conceito) enfrentavam no capitalismo industrial seriam, em último caso, absorvidas em seu idealismo absoluto, em Marx, ao contrário, foram levadas a ponto de impugnar radicalmente as condições sociais e a ordem política em que tais ambivalências se desenvolviam.

(HOPENHAYN, 2002, p. 123).

Destaca-se ainda em Hegel o caráter universal que ele dá ao trabalho quando salienta que os objetos frutos do trabalho transcendem as fronteiras do indivíduo isolado e faz deste um ser genérico e social. O objeto do trabalho convertido em mercadoria se torna universal e escapa do âmbito individual de onde havia sido produzido. Esta universalidade também transforma o sujeito do trabalho, o trabalhador e sua atividade individual. Como a produção de mercadorias faz com que os frutos do trabalho não sejam frutos para ser consumidos imediatamente por quem os produz, mas são bens de troca, fazem com que o trabalho tenha valor como atividade universal. Este valor está determinado pelo que o trabalho é para todos, e não pelo que é para o indivíduo. Tal observação de Hegel antecipa o conceito marxista de valor e seus efeitos na distribuição, e a função do trabalho na integração das distintas atividades individuais dentro do conjunto social de onde operam as relações de troca. Ele iria além ao dizer que o trabalho mecanizado possui menor valor à medida que se torna mais produtivo, fazendo com que o indivíduo precisasse trabalhar cada vez mais. Isto resultaria na restrição das faculdades do operário, cuja consciência se degrada ao mais baixo nível.

Deste modo fica negada a auto-realização que deveria fazer possível o trabalho. Reduzido a seu caráter abstrato, despojado de suas peculiaridades individuais e destinado a uma troca cega de produtos, o trabalho subordina o trabalhador a um mundo que ele não controla e não consegue identificar sua atividade com o produto dela. Em

uma economia onde a produção se destina a troca e onde o trabalho, por causa da mecanização e da produção massiva, perde sua especificidade criativa, o sujeito experimenta sua negação na atividade que exerce. (HOPENHAYN, 2002, p. 129).

Hegel assegura que o trabalho é por sua própria natureza a forma em que o indivíduo sai de si mesmo e se projeta em um mundo que deve transformar e fazer seu. Tal situação é distinta porém, numa sociedade de produção mecanizada e destinada à troca mercantil, pois nestas condições nem a atividade nem os frutos do trabalho representam o reencontro do trabalhador consigo mesmo.

A alienação da atividade e do produto do trabalho é o centro da análise da problemática do trabalho em Marx. Já no que considera as regulações básicas de relação entre capitalistas e trabalhadores o Autor determina uma relação de exploração, concebendo o capital como trabalho acumulado arrancado das mãos do operário. Em um círculo vicioso a acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de operários que, por sua vez, aumenta a divisão do trabalho, enquanto esta aumenta a acumulação do capital. O crescimento combinado do capital e da divisão do trabalho torna o operário cada vez mais dependente do trabalho mecanizado, fragmentado e atomizado. Por sua vez ao aumentar o número de indivíduos que dependem deste trabalho, aumenta a competição entre eles e diminui o preço de sua mão-de-obra. “O trabalhador deixa de ser homem e se converte em atividade abstrata”.

Segundo Hopenhayn (2002, p. 130), Marx não assume as ambivalências como parte da natureza do trabalho, mas como expressão das contradições históricas que este mantém com o capital e as quais é preciso abolir na prática (e não só na especulação) para permitir o desenvolvimento das potencialidades humanas através do processo social do trabalho.

Marx também assinala a contradição da economia política clássica ao considerar por um lado que tudo se compra com o trabalho, mas o capital não é senão outra coisa que trabalho acumulado. Por outro lado, o operário, longe de poder comprar tudo, deve vender-se a si mesmo e vender sua identidade humana. Ao considerar este fato como natural, a economia política clássica coisifica o trabalhador ao conceber o trabalho como força e o trabalhador como coisa depositária desta força. Tudo isto era evidentemente verificado nas condições deploráveis de trabalho nas fábricas.

A força de trabalho considerada como coisa, como mercadoria, não poderia, no entanto, ser acumulada como dinheiro ou qualquer outra mercadoria, por que o trabalho é vida e exige consumo permanente de alimentos. Marx teve sua crítica a economia política clássica formulada a partir de uma literatura social já existente, que ele citava e reconhecia.

Dessa forma Marx cita Buret em *De la misère*, afirmando que conceber o trabalho como mercadoria é admitir a escravidão. (HOPENHAYN, 2002, p. 132).

A divisão do trabalho alcança dimensões inusitadas na Revolução Industrial e que, somado a divisão trabalho-capital tem especial efeito sobre o trabalho. A produção de mercadorias, subordinada a lei do mercado capitalista, nega tanto os talentos individuais como o interesse geral. O ser humano mais se aliena quanto mais se reduz sua atividade a uma função atomizada nesta divisão social do trabalho e quanto mais despojado se encontra dos meios e frutos de seu trabalho. Marx via a alienação como condição na qual o sujeito não se reconhece em seu meio e se vê privado do desdobramento de suas potencialidades (ou de realização de sua liberdade). Dessa forma o trabalho no capitalismo industrial assumia a forma de trabalho alienado. (HOPENHAYN, 2002, p. 133).

O desenvolvimento do conceito de alienação levou Marx a considerar que sendo o trabalho o fundamento e a especificidade da espécie humana, falar de trabalho alienado é referir-se a alienação do ser humano como tal. Somente mediante a abolição do capitalismo se superaria a alienação do trabalho e devolveria à existência humana o seu sentido original.

### **O sentido do trabalho hoje**

Vimos que o trabalho só adquire reflexão crítica, no ocidente, com o advento da Revolução Industrial. O pensamento do sentido que o trabalho adquire nas diferentes sociedades e épocas históricas baseia-se no que efetivamente ele representa para a manutenção destas sociedades. Assim, se na Grécia clássica o trabalho era considerado somente como aquela atividade manual exercida pelos escravos, não havia razões naquele momento para torna-lo um objeto de reflexão.

Tal transformação em objeto de reflexão crítica é fruto das mudanças que a forma de produção capitalista engendram nas relações de trabalho.

A produção da vida, como sabemos, implica trabalho, e não um trabalho abstrato, mas concreto, o que significa a existência de condições de um lugar específico (não o espaço em abstrato). É através do trabalho que qualquer sociedade se reproduz. Mas é preciso destacar que, sob a égide do capital (por tanto, historicamente datado), o trabalho deixou de ser uma coisa natural,

uma necessidade natural da sociedade para torna-se uma relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte da sociedade<sup>3</sup>.

Como dissemos anteriormente, o trabalho é a inserção do Homem na vida social, é através de tal atividade que o Homem reproduz a si mesmo e a sociedade. Mas sua importância torna-se ainda maior numa sociedade que o concebe como *relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte desta sociedade*. Trabalhar, portanto, é estar incluído na sociedade de consumo, é a condição de adquirir cada vez mais novos objetos e de acumular riqueza.

Hoje, podemos dizer que “o trabalho alcançou seu maior nível histórico de produtividade, de uso das faculdades da inteligência e de desafios no plano da complexidade tecnológica e organizativa”<sup>4</sup>. No entanto, nunca se segmentou tanto o acesso ao trabalho estável e com salários dignos. A informalidade e precariedade do trabalho convivem com o aumento da produtividade, fruto da Terceira Revolução Industrial através da informação, informatização e do conhecimento.

Para Singer (1999, p. 16) “todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em conseqüência, causaram desemprego tecnológico”. Mas a Terceira Revolução Industrial difere em diversos aspectos das anteriores. Ela traz sim aumento acelerado da produtividade do trabalho na indústria, mas isto se dá sobretudo nos serviços que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. À substituição do trabalho humano pelo computador soma-se a crescente transferência de uma série de operações das mãos dos funcionários que atendem ao público para o próprio usuário através da difusão do auto-serviço facilitado pelo emprego universal do microcomputador (SINGER, 1999, p. 17).

A multiplicação de novos produtos é comparativamente diminuta às outras duas revoluções. Se na Segunda Revolução Industrial a geração de inúmeros novos produtos fez crescer o nível de consumo além da produtividade do trabalho, “de modo que os setores novos da economia absorveram mais força de trabalho do que a liberada por setores antigos renovados”<sup>5</sup>, na Terceira Revolução Industrial o que tem sido oferecido ao consumidor final são novas formas de entretenimento, cujo usufruto exige mais tempo e nem todos estão com esta disponibilidade. Portanto, o aumento do consumo proporcionado pelo automóvel,

---

<sup>3</sup> PINTAUDI, S. M. Espacio, historia y mundializacion. (Notas para evaluar las posibilidades de gestión local). In.: MEMÓRIA DO VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REDE MERCOCIDADES. **A cidade global, existe no Mercosul? Gestão urbana local em tempo mundial**. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2003. p. 56-57.

<sup>4</sup>HOPENHAYN (2002, p. 18.)

<sup>5</sup>SINGER, P. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 16.

avião, televisão e medicina curativa na Segunda Revolução Industrial não encontra similar atualmente. Os aumentos de produtividade barateiam produtos, expandem seu consumo, mas empregam menos trabalhadores.

A utopia de uma pós-modernidade em um mundo que se trabalhe cada vez menos convive com a 'distopia' que parece atingir nações, separando os que trabalham em empregos modernos e têm ingressos cada vez maiores e os que permaneceram a beira do caminho do progresso e lutam por sua sobrevivência e dignidade. (HOPENHAYN, 2002, p. 19).

Tal quadro acima se mostra nitidamente na América Latina, somando-se ainda à contradição de num mesmo lugar conviverem distintos tempos históricos, desde a pré-modernidade até a pós-modernidade. Hopenhayn (2002, p. 19) explica que o mundo do trabalho nestes países conta com fabricantes de *softwares* em um extremo, e camponeses que utilizam sua própria energia humana para manter uma agricultura de subsistência. Dentro desta gama, existem ocupações com uso de alta tecnologia que empregam uma proporção reduzida da força de trabalho enquanto o setor informal da economia com seus baixos níveis de valor agregado e salários que implicam situações endêmicas de pobreza absorvem as massas de desempregados e em muitos países são responsáveis por mais da metade da população ocupada.

### **O desemprego: a ponta de um iceberg chamado deterioração das relações de trabalho**

Até o começo da década de 1980 havia uma ordem econômica mundial onde o emprego parecia assegurado pela expansão produtiva, absorção da força de trabalho expulsa do campo ou das fábricas, em parte pelo setor de serviços, e pela regulação do Estado keynesiano. Hopenhayn (2002, p. 210) chama o século XX de século do emprego, não mais do trabalho, sendo o emprego entendido como estrutura social.

Na década de 1980 o contexto muda com a queda no crescimento em alguns setores da economia, especialmente sentido no Brasil. Dados do IBGE (apud SINGER, 1999, p. 14) mostram que os empregados de firmas particulares, que representavam mais de 50% do total de população ocupada segundo as categorias sócio-ocupacionais até o começo década de 1980, foram os que perderam mais postos de trabalho a partir de então.

Singer (1999, p. 12) entende que para colocar o desemprego em perspectiva é necessário explicitar e examinar criticamente uma série de pressupostos que o discurso corrente subentende. O fato de que se necessita de uma ocupação não implica necessariamente ter um emprego. O emprego é um conceito que implica assalariamento, onde o trabalhador vende sua mão-de-obra, o que o torna sujeito às demandas do mercado.

Somado ao quadro de desemprego tecnológico, fruto da Terceira Revolução Industrial e que, aliás, todas as revoluções acarretaram, tem-se também o desemprego estrutural, causado pela globalização, cujos efeitos são semelhantes aos do desemprego tecnológico ao não aumentar necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribuir para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

O desemprego tecnológico, como já foi explicado anteriormente, resulta da expulsão do emprego de milhões de pessoas, que cumpriam tarefas rotineiras e que exigiam um repertório limitado de conhecimentos sem qualquer necessidade de improvisação diante de situações imprevistas, as quais o cérebro eletrônico se mostra mais eficiente que o humano. Os postos de trabalho criados com aplicação das tecnologias requerem elevada qualificação e não demandam toda a mão-de-obra dispensada.

Quanto ao desemprego estrutural, fruto da globalização econômica, que sobretudo se caracteriza pelo “processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países”<sup>6</sup>, o que se observa é que ele não reduz de forma sistemática e contínua a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais na medida em que

Uma economia ao se abrir ao comércio internacional, aumenta suas importações e exportações. O acréscimo de exportações cria novo emprego, ou melhor, novas ocupações; o acréscimo de importações elimina postos de trabalho, que são transferidos aos países de onde provêm os produtos importados. Se o país exporta mais do que importa, tem um ganho líquido de empregos. E vice-versa. Como o desequilíbrio entre vendas e compras do resto do mundo não pode aumentar sempre, a eliminação de postos de trabalho por este efeito, num determinado país tem de ser limitada. Em outras palavras, quando os países desenvolvidos passaram a importar produtos industriais do Terceiro Mundo, os empregos correspondentes foram transferidos do centro à periferia. Mas a periferia também passou a importar mais do centro, de modo que este também pode criar novos empregos (SINGER, 1999, p. 22).

A característica do desemprego estrutural é que as vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho que, vão sendo ocupados por mão-de-obra feminina empregada em tempo parcial. Os ex-operários, por sua vez, moram

---

<sup>6</sup> SINGER, 1999, p.21.

em zonas economicamente deprimidas, são na maioria das vezes arrimos de família e dispõem de seguro-desemprego proporcional aos salários que lhes eram pagos, geralmente maiores do que os proporcionados pelas novas ocupações.

Segundo Singer (1999, p. 24) o termo precarização do trabalho descreve melhor do que a palavra desemprego o que de fato está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, surgidos em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos garantiam anteriormente. A precarização do trabalho também toma forma nas relações informais ou incompletas de emprego.

Como o período em que se é demitido e recolocado no mercado de trabalho formal tem se tornado longo, ou ainda quando este estado de desemprego se torna permanente (desemprego no sentido de emprego assalariado), o trabalhador que depende única e exclusivamente de sua mão-de-obra precisa buscar outros meios de obter rendimentos necessários à sua sobrevivência. Surgem então os trabalhadores informais e os subempregados, prestadores de serviços autônomos, e que, como a maioria dessas pessoas tem baixa qualificação, realizam atividades de pouco valor agregado. São muitas vezes contratados por curto período de tempo, o que flexibiliza as relações trabalhistas, caso de bóias-frias, faxineiros sob regime de terceirização e tantos outros que vivem de fazer “bicos”. Há ainda aqueles que independentemente montam pequenos comércios ambulantes nas ruas e vendem os mais variados objetos, alimentos ou serviços de engraxates, consertos de objetos de uso doméstico etc.

Estas economias populares que alimentam uma economia urbana de baixo custo proporcionam aos seus agentes o acesso às condições mínimas de sobrevivência. Mas, muitas vezes, esses setores da população se vêm impedidos do exercício de suas atividades, informais, pelo poder público. Têm suas mercadorias apreendidas ou, são ainda, segregados às zonas que não interessam ao mercado formal. Surge daqui, como nos alerta Ortigoza (2001, p. 48), a necessidade para os geógrafos, que concebem a cidade como materialidade social e por isso um conjunto de forças onde ricos e pobres devem ser considerados, avaliar as lutas que se travam neste espaço, pois são acima de tudo lutas de classe. Assim as economias populares são a maneira que os excluídos encontraram de sobreviver em um espaço articulado para o capital mundial

Muitas vezes os pobres **sujeitam-se** às normas globais, mas em outras eles **reagem** invadindo prédios, executando saques,

realizando manifestações. Outras vezes ainda eles se **articulam** ao processo global, criando mecanismos de sobrevivência<sup>7</sup>.

Para Singer(1999, p. 7) o desemprego é uma espécie de ponta de um iceberg muito maior, qual seja, a deterioração das relações de trabalho. Esta deterioração não pode ser atribuída apenas e tão somente à globalização, mas, junto com esta abertura dos mercados, nossos governos desregulamentaram o comércio externo e o sistema financeiro, extinguiram o controle dos preços e criaram uma âncora cambial para estabilizar os preços que tornou, nosso país especificamente, dependente de maciças entradas de capital externo. Tais mudanças resultaram na elevação do desemprego e do subemprego em todas as suas formas e agravaram a exclusão social.

Vemos que Singer (1999) atribui a um período recente da história a deterioração das relações de trabalho. Acreditamos, porém, que tal deterioração se inicia no momento em que as formas capitalistas de produção, visando sempre a maximização do lucro, passam a comandar a reprodução das relações sociais. Como nos afirma Lefèbvre (1973, p. 109-110), a sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim as relações sociais não se produzem e reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduz na vida cotidiana, na família e na cidade. “Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores...”(LEFÈBVRE, 1973, p. 110). Por isso as conseqüências deste modo de produção não são apenas no nível das forças produtivas.

O desconhecimento desta reprodução das relações sociais permite a reprodução de relações antigas, cada vez mais degradadas, ao mesmo tempo em que novas relações sociais são produzidas de forma inconsciente. “Enfim, as próprias contradições reproduzem-se elas mesmas de forma alargada”, segundo Lefèbvre (1973, p. 110).

As mal analisadas implicações do crescimento econômico à escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, bem como são mal compreendidos os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade nas condições atuais. Para Lefèbvre (1973, p. 111), estes são mais lugares da dissolução que da transformação, tornado evidente na análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje, ele é simultaneamente o lugar da reprodução das antigas relações sociais, o lugar da sua decomposição e o lugar da formação de novas relações sociais e das suas contradições.

---

<sup>7</sup> ORTIGOZA, Sílvia A. G. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001. p. 49.

Podemos dizer que a globalização juntamente com a abertura dos mercados e desregulamentação do comércio externo e sistemas financeiro, salientadas por Singer (1999), agregaram novos elementos que ampliaram a deterioração das relações de trabalho. Tal deterioração induziu ao desemprego, subemprego e informalidade, que por sua vez conduziram milhares de pessoas às formas mais degradantes de ocupação, nas quais se enquadra a catação de materiais recicláveis para vender e sobreviver.

### **Catadores de lixo: uma forma de reprodução da vida.**

Hoje, nas cidades, é visualmente perceptível o número cada vez maior de pessoas que se utilizam do lixo como recurso para ter trabalho e rendimento – são os conhecidos “catadores”.

O lixo, resto de valor de uso para a sociedade em geral, tornou-se valor de troca para muitas pessoas que estão às margens dos mecanismos formais de reprodução. O número crescente de catadores de materiais recicláveis representa a busca de meios de sobrevivência de uma parcela da população que, por vários motivos, e dentre eles o mais freqüente é a falta de emprego, não encontra outro caminho que não seja o da coleta de materiais recicláveis, muitas vezes misturados ao lixo comum e até mesmo contaminado.

Os catadores são um grupo de trabalhadores presente em todas as grandes cidades do mundo, o que evidencia o caráter global da exclusão social. Este grupo de pessoas não se restringe só aos países pobres ou em desenvolvimento, como queiram chamar, da América Latina. Milhões de pessoas catam materiais recicláveis nas ruas e lixões tanto nas cidades da periferia ou semi-periferia como, em menor proporção, nas cidades tidas como centros do mundo globalizado. Rodríguez (2002, p. 339) estima que na Colômbia (país onde realizou uma pesquisa sobre catadores e cooperativas) cerca de 300 mil pessoas, ou seja, 1% da população, viva dos rendimentos provenientes da comercialização dos materiais descartáveis. No México e no Egito o percentual sobe para 2% da população.

A exclusão social de que são vítimas os catadores também é especialmente perversa e dramática dada a

generalizada rejeição social à sua forma de vida – que implica com freqüência viver na rua -, **os recicladores são vítimas do mais elevado grau de exclusão social e estão relegados às zonas mais selvagens da cartografia urbana** (grifo nosso) – isto é, as lixeiras, as ruas e os guetos onde vendem os seus produtos a intermediários e onde em certas ocasiões inclusive habitam<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> RODRÍGUEZ. p. 339

Dados sobre o Brasil referem-se a 500 mil sobreviventes do lixo (CEMPRE, 2003). Por se tratar de uma profissão não reconhecida e que, portanto está à margem da formalidade, estes números podem ser difusos, mas o que se evidencia é que a medida que o emprego se torna mais escasso, as condições de trabalho se tornam mais precárias.

Os catadores de materiais recicláveis vivem uma condição de pobreza singular. Além de terem poucos recursos para sua sobrevivência como todas as populações pobres, vivem sob o estigma da sujeira, por estarem em contato diário com o lixo. São por essa razão discriminados até mesmo pelos próprios pobres. Aliada a esta dramática exclusão social Rodríguez (2002, p. 344) coloca um outro problema que perpetua o processo de empobrecimento dos catadores no contexto colombiano. Trata-se da exploração econômica derivada da estrutura do mercado de reciclagem e da conduta dos seus atores dominantes (grande indústria e intermediários), visto que pagam preços irrisórios pelos materiais coletados e que posteriormente os vendem por valores muito maiores. No Brasil o contexto não é diferente.

O mercado brasileiro de reciclagem possui uma estrutura caracterizada como oligopsônica, ou seja, há concentração do poder de decidir as condições e os preços praticados pelo circuito de distribuição nas mãos do consumidor, representado pelas poucas indústrias recicladoras. Assim, a peculiaridade desta atividade é que poucos são os compradores finais de materiais recicláveis. O mercado da reciclagem pode ser então representado por uma pirâmide em cuja base estão os pequenos recicladores, catadores em sua grande maioria, e, no topo, a grande indústria recicladora. Portanto, o mercado da reciclagem está sujeito a seus compradores, que decidem preços e condições. Ao restante dessa cadeia produtiva cabe acumular, cada vez mais, os objetos passíveis de reciclagem para que possam ter um rendimento mínimo para sua sobrevivência.

Trabalhadores que prestam todo tipo de serviços nas ruas, vendedores ambulantes, empregadas domésticas e catadores de materiais recicláveis estão entre aqueles que constituem economias populares que alimentam uma economia urbana de baixo custo e que lhes possibilitam acesso a bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência. Porém, estas classes populares que criam e exploram um nicho econômico para sobreviverem, consideradas dentro do conjunto da economia urbana estão longe de ser autônomas, já que a economia informal “está plenamente articulada com a economia formal”, como evidencia o caso dos catadores autônomos que vendem seus produtos aos intermediários que, por sua vez, os vendem às grandes indústrias recicladoras. Isto significa dizer que estes catadores

independentes vendem produtos e mão-de-obra barata para o setor moderno da economia e ao invés de impedir, eles facilitam a exploração das classes populares<sup>9</sup>.

Sobre exclusão social Martins (1997) nos traz uma contribuição teórica muito importante. O referido Autor se pergunta porque a exclusão social só é percebida atualmente. Antes não havia exclusão social? Sua resposta é que antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo de tempo, se dava também a inclusão. Ou seja, o trabalhador que era expulso do campo em pouco tempo era absorvido pela indústria. Assim a exclusão não tinha visibilidade porque o trabalhador era excluído e reincluído, “em outro plano, num outro modo de viver, de pensar a vida, de trabalhar e assim por diante”<sup>10</sup>.

Como a duração do tempo em que se é demitido e recolocado no mercado de trabalho tem se tornado muito longa (nos casos em que há recolocação), a inclusão do trabalhador tem implicado certa degradação, que para Martins (1997, p. 32) se concretiza no reaparecimento do trabalho escravo e que para efeitos da presente pesquisa se materializa no trabalho com o lixo.

*Em outras palavras, o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório. (grifos do autor). (MARTINS, 1997, p. 33).*

Eis que então surge a criatividade destes excluídos, que criam novas formas de sobrevivência e se reincluem, mas apenas no plano econômico, não no plano social. Os trabalhadores informais conseguem ganhar o mínimo que garante a satisfação das necessidades básicas, mas não se reintegram numa sociabilidade normal, não possuem direitos que garantam a inclusão na sociedade. Suas atividades são muitas vezes vistas com desconfiança da comunidade e reprimidas pelo poder público.

É esta a nova desigualdade de que fala Martins (1997): estar incluído economicamente, mas excluído socialmente.

Mas está crescendo no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, até mesmo, excusos etc. (MARTINS, 1997, p. 35-36).

---

<sup>9</sup> RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (org.) **Produzir para Viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 334.

<sup>10</sup> MARTINS, J. de S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 32.

Esta sub-humanidade revelada através do setor informal e concretizada na precariedade do trabalho tem uma de suas manifestações mais chocantes no aumento dia a dia do número de pessoas que vivem miseravelmente vasculhando o lixo na busca de materiais recicláveis para vender.

Há para Martins (1997, p. 36) uma fratura da sociedade em dois mundos que é difícil de ultrapassar. As soluções que se apresentam, segundo o Autor, no entanto, são soluções neoliberais, já que a sociedade civil é quem está resolvendo os seus problemas, tendo o Estado aberto mão de suas responsabilidades. O Autor propõe que nos livremos dos estereótipos, neoliberalismo por exemplo, porque eles nos enganam e enganam as pessoas que se quer ajudar. Este é o nosso desafio primário. Ao pensarmos no alternativo, “podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma alternativa includente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual”, que se concretiza sobretudo na recusa de uma “dupla sociedade onde uns só têm obrigações de trabalho e não tem absolutamente mais nada, e outros têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais”.

Martins (1997, p 37) acredita que no fundo estas grandes lutas sociais vão se desenvolver em torno daquilo que Lefèbvre chamou de *necessidades radicais*,

necessidades que derivam de contradições subjetivamente insuportáveis e que não podem ser atendidas se a sociedade não sofrer mudanças fundamentais e profundas de responsabilidade de todos; se a sociedade não se modernizar revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades do homem, e não de acordo com as conveniências do capital. (MARTINS, 1997, p. 38).<sup>11</sup>

A coleta seletiva ocorre informalmente no Brasil, com o trabalho do catador, há muitas décadas. Por diversas denominações – papeleiro, garrafeiro, sucateiro ou “burro sem rabo” – estas pessoas que percorrem todos os cantos das cidades sempre estiveram de forma mais ou menos institucional no processo de gerenciamento de resíduos – procura nos restos daqueles que podem consumir a matéria que lhe dará os meios de sua reprodução.

### **Lixo: a nova mercadoria**

Lixo é basicamente todo e qualquer material descartado, proveniente das atividades humanas.

---

<sup>11</sup> Na verdade tais *necessidades radicais* fazem parte da obra de Agnes Heller e não de Henri Lefèbvre como argumenta José de Souza Martins.

Lembremos que Lefèbvre escreve que vivemos em uma fase ou zona crítica, que tem como característica a problemática urbana. Tal problemática, envolve na sua essência as questões sociais, espaciais e ambientais. O lixo por sua vez, considerado apenas como um problema ambiental, deve ser analisado também como questão social e espacial, porque ele é o produto final, o resíduo, de tudo o que se produz e se consome nesta sociedade.

O Homem sempre produziu resíduos. O que evidentemente mudou foi a qualidade e quantidade deste material gerado com o desenvolvimento das técnicas e formas de vida. De acordo com Berríos (1999, p.18) no contexto de um modo de vida muito simplificado, os produtos residuais do consumo das mais antigas formas de organização social humana restringiam-se a matérias em condições próximas às naturais, mesmo porque, ou se tratava de matérias consumidas nos seus estados iniciais, naturais (como os alimentos), ou se tratava de objetos transformados e adaptados aos usos específicos requeridos, usando-se técnicas muito rudimentares. Por isso a constituição dos resíduos era predominantemente orgânica, o que os tornava facilmente assimiláveis pelos mecanismos de auto-regulação dos mesmos sistemas naturais, não causando impactos ambientais.

Em termos ecológicos, nos estágios mais primitivos, o homem era parte da biocenose, atuando como qualquer outro organismo vivo, realizando funções parecidas, captando, assimilando e eliminando materiais e energia, logo transformadas através dos mecanismos próprios da natureza, sem aumentar a entropia nem romper o equilíbrio homeostático, como acontece com o atual aperfeiçoamento da tecnologia. (MARTINEZ E SCHLUPMAN, 1991 APUD BERRÍOS, 1999, p. 18).

A Revolução Industrial, mais uma vez com papel de destaque, é o momento que intensifica o processo de descarte de materiais. É a partir da industrialização que se acrescenta ao lixo as variáveis quantidade e tipo, a consideração da escala e da concentração. A sociedade (pós-industrial, avançada e desenvolvida) passa a gerar dejetos industriais, que são subprodutos dos processos fabris, assim como modifica o seu lixo doméstico – antes quase que exclusivamente orgânico, tem a partir de então outros componentes (vidros, metais, plásticos, etc.). São, sobretudo, materiais inorgânicos que inseridos no menu lixo tornam difícil a sua reciclagem, agravada pela concentração e pelo seu caráter artificial (RODRIGUES, 1998, p. 143).

Assim, retomando Lefèbvre mais uma vez, com a complexificação da sociedade, quando ela passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano, atingindo o espaço e o tempo, porque a complexificação do espaço e dos objetos que nele se situam não ocorrem sem uma complexificação do tempo e das atividades que nele se desenvolvem, há uma

complexificação dos resíduos desta sociedade, através dos novos tipos e da quantidade gerada.

Do início da industrialização até a década de 1970, quando as preocupações ambientais passaram a ser tratadas com maior rigor, o lixo era disposto em áreas das cidades sem qualquer preocupação maior. Disseminavam-se os lixões a céu aberto com todo o tipo de material, desde resíduos orgânicos até resíduos tóxicos das indústrias e lixo hospitalar. Tal situação ainda não se modificou em muitas cidades brasileiras, apesar do discurso ecológico, das normas técnicas para construção de aterros e da possibilidade de aproveitamento de grande parte do material que se destina aos lixões através de novas tecnologias.

O retorno de materiais ao ciclo de produção não é contemporâneo à tomada de consciência ecológica da década de 1970. Antes mesmo de ser denominado como reciclagem, muitas indústrias se utilizavam de materiais descartados no seu processo de produção. Por isso, a reciclagem antes de “beneficiar o meio ambiente”, já beneficiava a economia de muitas indústrias.

Somada à preocupação ambiental e à economia das indústrias, a crise do petróleo da década de 1970 também agregou importância estratégica à reciclagem, tornando-se um imperativo das sociedades contemporâneas, principalmente nos países com poucos recursos naturais, países com crises energéticas e países subdesenvolvidos que buscam otimizar a produção e limitar importações.

O lixo, que durante toda a história do Homem representou um resto de valor de uso, sobras do consumo que simplesmente eram dispostas à ação do tempo, torna-se matéria reutilizada em períodos de crise, seja por falta de novos recursos naturais, seja pelos problemas ambientais que se apresentam com sua disposição inadequada.

Ao se transformar em objeto de compra e venda de um mercado regulado, o lixo se torna uma mercadoria. Ele é o produto de comercialização entre catadores, sucateiros e indústria recicladora.

O lixo é um resto de valor de uso para a sociedade em geral. Para o mercado de reciclagem ele passa a ter um valor de uso e um valor de troca. Ademais, enquanto matéria, ele é produto do trabalho humano, mesmo que tenha sido dispensado pelo seu possuidor após perder sua “vida” útil. Tornando-se mercadoria, o lixo tem novamente o trabalho humano incorporado ao passar pelos processos de coleta, triagem, beneficiamento e transformação na indústria. E todos esses processos envolvem etapas de compra e venda.

O valor de uso do lixo-mercadoria se concretizará na sua transformação final em um novo produto realizado pela indústria recicladora. É neste momento que o lixo-mercadoria terá sua utilidade, pois como diz Marx (1985, p. 45)

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. (...). Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. (...). O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela (grifo nosso). Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca.

No capitalismo a produção de mercadorias tem como objetivo a produção para a venda e não para determinados valores de uso, embora seja considerado no cálculo do produtor de mercadorias o papel esperado pelo comprador de determinado valor de uso. Conforme Haug (1997, p. 26) o mesmo ato para o produtor e para o vendedor ocorrem em tempos diferentes e tem um significado bem diverso pois, da perspectiva do valor de troca, o processo está concluído e o objetivo alcançado com o ato da venda. Da perspectiva da necessidade do valor de uso, o mesmo ato significa apenas o começo e o pressuposto para a realização de seu fim através do uso e do desfrute.

O mercado da reciclagem tem a peculiaridade de ter como consumidor final a indústria de transformação. E como são estas indústrias em menor número do que os demais agentes da cadeia produtiva o mercado de reciclagem é oligopsônico, ou seja, poucos são os consumidores finais da mercadoria lixo.

Se o valor de uso se concretiza no consumo do lixo enquanto matéria-prima pela indústria recicladora, o valor de troca se concretiza na sua comercialização por catadores e sucateiros.

Mas não é qualquer lixo que pode se tornar uma mercadoria. A reciclagem em grande escala é realizada pela indústria através de quatro grandes grupos de materiais – os papéis, os metais, os vidros e os plásticos, cada um com seus sub-tipos e especificações que variam conforme as características próprias.

Todos estes quatro tipos de materiais recicláveis constituem o que hoje se denomina de mercado da reciclagem. A transformação do lixo em novos objetos envolve uma extensa cadeia produtiva, desconhecida da população em geral. São catadores autônomos,

cooperativas de coleta seletiva, pequenos, médios e grandes sucateiros e, na ponta, a indústria recicladora. O emprego de novas tecnologias tem possibilitado a especialização destes agentes em um único tipo ou sub-tipo de material.

A modernização de estabelecimentos que comercializam sucatas aliada à formação de cooperativas de catadores solidifica uma rede de comercialização do lixo através do aumento do número de fixos e fluxos, ou seja, mais locais de beneficiamento de materiais recicláveis e maior intercâmbio entre os diversos agentes.

### **A sociedade do consumo e do desperdício**

O mercado da reciclagem vive e se reproduz de tudo aquilo que a sociedade consome e descarta. Sua matéria-prima é o resto do consumo. Como vivemos naquela que é exatamente denominada por sociedade do consumo, por Baudrillard, ou ainda, sociedade burocrática de consumo dirigido, por Lefèbvre, – onde os desejos nunca estão satisfeitos, tornam-se necessidades prementes por objetos que, quando adquiridos requerem a presença de outros – a matéria-prima para o mercado de reciclagem é abundante.

A sociedade do consumo, como nos mostra Lefèbvre<sup>12</sup>, foi uma denominação difundida com sua teoria correspondente no período de 1950 a 1960. Época esta em que os números confirmavam uma expansão do consumo de bens materiais e culturais nos países industriais avançados. “...os bens ditos ‘de consumo durável’ (carros, aparelhos de televisão etc.) desempenham um papel novo cada vez mais considerável”<sup>13</sup>. Além destas constatações, os teóricos da “sociedade do consumo”, segundo Lefèbvre, afirmavam que no início da economia capitalista e da produção industrial, “nessa pré-história da sociedade moderna”, as necessidades não orientavam essa produção. Os empresários que desconheciam o mercado e ignoravam os consumidores produziam ao acaso, lançando suas mercadorias no mercado e esperando o consumidor. Esta conduta dos empresários se modificou ao organizarem a produção de acordo com os desejos e as necessidades dos consumidores que eles criaram.

Para Lefèbvre a denominação de sociedade do consumo não é falsa, mas também não é aceitável. O Autor reconhece uma passagem da escassez à abundância, da produção insuficiente a um consumo imenso e mesmo um superconsumo (desperdício, gastos com suntuosidade e prestígio etc) nos ambientes do capitalismo modificado. Mas essa passagem “ocorre de maneira penosa, arrastando consigo algo do passado, sob a influência de imposições pouco claras”<sup>14</sup>. Essa passagem se dá através de uma crise generalizada, cuja

---

<sup>12</sup> LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>13</sup> LEFÈBVRE, 1991, p. 62.

<sup>14</sup> Ibid, p. 64.

conjuntura da ideologia da produção e o sentido da atividade criadora se transformaram em *ideologia do consumo*.

Essa ideologia destituiu a classe operária de suas idéias e “valores”, conservando a superioridade para a burguesia, para a qual reservou a iniciativa. Ela apagou a imagem do consumidor como razão de felicidade, como racionalidade suprema, como identidade do real com o ideal (do “eu” ou “sujeito” individual, que vive e que age, com o seu “objeto”). Não é o consumidor nem tampouco o objeto consumido que têm importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir. Ao longo desse processo de substituição e de deslocamento ideológicos, consegue-se afastar e até apagar a consciência da alienação, acrescentando-se alienações novas às antigas. (LEFÈBVRE, 1991, p. 64).

Quando Milton Santos fala de consumidor perfeito e consumidor mais que perfeito refere-se justamente à alienação do consumidor que não reflete sobre o ato da compra. Além do fato do consumismo alienado, em que o cidadão só é visto como consumidor, há a produção de desperdícios, na medida em que este, segundo Baudrillard (1995, p. 38) está associado à abundância das sociedades ricas que para existirem necessitam do excesso, ou seja, se o homem consumir somente aquilo que necessita para sobreviver ele ficará reduzido ao animal e sua vida deixará de ter valor.

Considerando que é através do consumo que a produção se realiza, o modo de produção capitalista depende da produção e consumo constante de novos objetos para se reproduzir. Por isso há uma troca constante de objetos conduzida, por um lado, pela moda e publicidade, e por outro, pela curta durabilidade destes objetos.

Milton Santos (2000, p. 35) nos alerta que a moda é a manivela do consumo, pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo. Como a moda muda constantemente, a necessidade por novos objetos também muda. Quanto à publicidade Lefèbvre (1991, p. 63) considera que ela tem um poder extraordinário. O Autor questiona se não é a publicidade o primeiro dos bens consumíveis, bem como se não é a publicidade que oferece ao consumo um imenso volume de signos, de imagens, de discursos e orienta o mesmo.

A curta durabilidade dos objetos é tratada por Mészáros (2002, p. 634) como taxa de utilização decrescente no capitalismo ou “triunfo da produção generalizada do desperdício”. Conforme o Autor, a taxa de utilização decrescente sempre esteve implícita nos avanços realizados pela produtividade. Ou seja, a medida em que novas tecnologias eram desenvolvidas, os objetos, que incluíam bens de consumo e máquinas usadas na produção,

eram trocados por outros mais modernos. Mas, torna-se problemático para Mészáros (2002, p. 640) afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente revertido da mais intrigante forma:

Em que a “*sociedade dos descartáveis*” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “*consumir*” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “*bens de consumo duráveis*” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados aos gigantescos “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil<sup>15</sup>.

A responsabilidade pelo descarte desenfreado de objetos que se acumulam nos lugares mais inapropriados não deve ser somente delegada ao consumidor. Para Rodrigues (1998, p. 209) a compreensão do processo de produção sócio-espacial responsável pela geração de lixo está ligada ao entendimento desde a exploração da matéria-prima até o descarte final. Todo o processo produtivo gera desperdícios, no entanto, só se responsabiliza o gerador do lixo doméstico. Além disso, a produção também participa da geração de lixo ao idealizar bens de consumo “duráveis” para durar apenas alguns meses.

Outro grande problema relacionado ao descarte é a produção de embalagens que representam volume significativo do lixo domiciliar produzido diariamente.

Há 50 anos tudo o que se comprava era a granel. Apenas em lojas de roupas e sapatos havia um embrulho, uma caixa que protegesse o produto. O restante das mercadorias era vendido em armazéns. Tudo vinha embrulhado em sacos de aniagem e o consumidor final levava o produto em sacos de papel.

A necessidade da conservação aliada às técnicas de venda tornou a embalagem uma regra geral exigida pelo mercado em grande escala. Tal mudança tornou a embalagem mais importante que o produto que contém. Na embalagem, as escolhas da forma, da cor e da tipografia são submetidas a teste de controle para maior eficácia. O invólucro dos produtos tornou-se um setor estratégico nos estudos de *marketing* porque consistiu uma técnica de fazer consumir.

---

<sup>15</sup> MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo:Boitempo Editorial, 2002. p. 640.

Beleza e sedução são a essência de toda a arte. Muitas vezes apenas a beleza da embalagem seduz o consumidor. Não é por acaso que em latim *seducere* significa “tirar alguém do seu caminho normal”. A embalagem tornou-se arte para vender.

Assim, a embalagem é técnica (de melhor transportar os produtos), é ciência (de garantir a integridade dos objetos) e é arte (de seduzir pela forma). Hoje a arte da embalagem é casada com a publicidade. O mercado é sua realização. São templos as lojas: vitrines e estantes – seus altares. A variedade e a beleza das embalagens atordoam.

No Brasil a indústria da embalagem se inicia após o término da Segunda Guerra Mundial. Os produtos importados dos Estados Unidos tinham embalagens de plástico, coloridas e atraentes, enquanto no Brasil vendia-se biscoito a granel, leite em garrafas bojudas de vidro grosseiro. Como a pressa de modernizar o país era grande, Getúlio Vargas implanta a Companhia Siderúrgica Nacional, produzindo em Volta Redonda a matéria-prima para embalagens metálicas. Surgem as máquinas de corte e vinco para fabricação de caixas. Na década de 1970 se começa a fabricar celofane que, com o polietileno é utilizado para conservar alimentos. Novas palavras enriquecem o idioma e mostram a nova forma de reprodução: pasteurização, café a vácuo, embalagem longa-vida...

Assim a embalagem agrega valor simbólico à mercadoria, na medida em que passam a valer mais que o seu conteúdo, e valor real, tornando mais caro o produto que possui melhor revestimento. Para Rodrigues (2001, p. 224) embalar pode ter vários significados – embalar e embrulhar – além de colocar embalagem, pode ser também tapear.

A embalagem tem ainda outro determinante: a de ser mais sofisticada quanto mais supérfluo for seu conteúdo. Vale lembrar que com a utilização do dinheiro como mediador da troca, o valor da troca não está mais ligado a nenhuma necessidade sensível como antes, onde só se adquiria um objeto necessário à sobrevivência por meio da troca com outro objeto. O dinheiro fundamenta um novo interesse que acompanha esta emancipação: o interesse de valorização (HAUG, 1997, p.28). Tal valorização pode ser obtida através da estética da mercadoria.

O aspecto estético da mercadoria no sentido mais amplo – manifestação sensível e sentido de seu valor de uso – separa-se aqui do seu objeto. A aparência torna-se importante – sem dúvida importantíssima – na consumação do ato da compra, enquanto ser. [...] A aparência estética, o valor de uso prometido pela mercadoria,

surge também como função de venda autônoma no sistema de compra e venda<sup>16</sup>.

Portanto, o produto de primeira necessidade, o arroz e o feijão no Brasil, não precisa destas artimanhas para ser vendido, ele é essencial e por isso certamente terá consumidor. Mas, aquilo que não é extremamente necessário à sobrevivência humana, aquilo que se pode viver sem, ganha novas roupagens, cores e formas que chamam a atenção e seduzem o consumidor.

As embalagens ainda carregam outras contradições. Depois de seduzir o consumidor, de encarecer o produto, de ser rapidamente descartada e se acumular como lixo urbano, a embalagem quando reciclada tem agregado mais um novo valor – adquire a forma de preservação ambiental. Por isso aparece como mercadoria fetichizada, nas palavras de Rodrigues (1998, p. 208), por que parece conter apenas o valor de preservação da natureza para as presentes e futuras gerações.

Como vimos, a reciclagem pode trazer ganhos ao meio ambiente, mas ela também é muito importante para a economia das grandes indústrias. Por isso, através de uma suposta responsabilidade ambiental, muitas empresas associam suas marcas a programas de reciclagem de resíduos. Convém lembrar, porém, que são estas as maiores indutoras da produção do lixo urbano. As indústrias recicladoras, consumidoras finais da mercadoria lixo em um mercado oligopsônico e que por isso decidem os preços praticados por toda a cadeia produtiva, são as mesmas que produzem embalagens cada vez mais caras, que serão rapidamente descartadas e retornarão ao processo produtivo da reciclagem. É um ciclo de reprodução onde o consumidor paga pela embalagem e depois a doa de volta para a indústria através da mão-de-obra explorada dos catadores de lixo.

### **À guisa de conclusão**

Vimos até o momento como as relações de trabalho se deterioram ao longo do “desenvolvimento econômico” almejado pela forma de produção capitalista. O alcance de uma maior produtividade, visando a acumulação de riquezas, produz a segregação de massas cada vez maiores de trabalhadores dos processos produtivos. No início o capitalismo necessitava de exércitos de reserva da classe operária cujo papel era pesar de uma maneira permanente sobre os salários e ocasionalmente ser utilizada nos períodos de prosperidade e crescimento econômico. Hoje, como nos mostra Rodríguez (2002, p. 332), o fato de a economia global contemporânea ter atingido níveis de crescimento sem precedentes ao mesmo tempo em que há um aumento no número de pessoas condenadas a viver nas suas margens leva a pensar que o capitalismo pode viver sem essas pessoas. A

---

<sup>16</sup> HAUG, W. F. **Crítica da Estética da Mercadoria**. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997. p. 26-27.

mensagem enviada aos desempregados permanentes ou de longa duração, aos camponeses sem terra ou aos pequenos proprietários rurais que praticam uma agricultura de subsistência, juntamente com os setores populares urbanos dedicados às atividades informais de sobrevivência é que:

(...) para todos os efeitos práticos, passaram a ser redundantes na acumulação global de capital: redundantes como produtores, na medida em que desempenham atividades de baixa produtividade e reduzido valor agregado; redundantes como consumidores, na medida em que o seu poder aquisitivo é tão sumamente reduzido que, como diz com ironia Moody (1997), a sua participação na sociedade de consumo consiste fundamentalmente em sair à rua para “ver vitrines”<sup>17</sup>.

Sobretudo, do ponto de vista espacial, a exclusão de grandes setores da população é especialmente visível, já que, a cidade é a materialização das desigualdades sociais na medida em que ela é o produto das relações existentes na nossa sociedade.

Mas estas pessoas precisam sobreviver. Buscam o rendimento mínimo necessário através das mais diversas atividades, dentre as quais a coleta de lixo. Numa sociedade dividida em classes, a produção do espaço é marcado pela divisão entre ricos e pobres. Os ricos consomem e descartam o que não serve mais, os pobres apropriam-se dos restos do consumo dos mais ricos e criam com isto o seu meio de sobrevivência. É no espaço dos ricos que os pobres retiram suas possibilidades de se reproduzir.

Será que realmente essa população foi descartada pelo processo de acumulação global do capital? Podemos responder num primeiro momento que sim, haja vista a situação de precariedade em que vivem tais pessoas, distantes da possibilidade de um consumo mínimo para sua sobrevivência. Mas uma análise mais aprofundada nos mostra que, apesar de não reconhecer, o modo de produção capitalista e mais particularmente o mercado da reciclagem precisa do trabalho realizado pelos catadores de lixo das ruas. Portanto, como nos alerta Martins (2002, p. 20), é inconsistente reduzir a exclusão à pobreza. “Isto é pobreza de interpretação”. Assim:

A pobreza nem sempre é exclusão e a pobreza de fato excludente é apenas o pólo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, *instrumento de um processo social de produção de riqueza que*

---

<sup>17</sup> RODRÍGUEZ, 2002, p. 332-334.

*passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não mais sujeito.* (MARTINS, 2002 p. 20).

O aparecimento do catador de lixo, assim como do bóia-fria ou “clandestino”, segundo José Graziano da Silva apud Martins (2002, p. 157) está diretamente relacionado com a modernização incompleta do processo de produção. Há momentos desse processo que, por motivos técnicos, permanecem desproporcionalmente dependentes do trabalho humano e de formas atrasadas de utilização da força de trabalho. O uso da força de trabalho fica desproporcionalmente concentrado em momentos específicos do processo de produção. Ao mesmo tempo, o trabalho é intensamente substituído em outros momentos do processo de produção, por máquinas e equipamentos modernos, conhecimento técnico e científico.

Dessa forma, enquanto a produção capitalista não obtiver meios de substituir o trabalho realizado por estes setores mais pobres da economia urbana, a atividade de catador de lixo será necessária, mas não valorizada.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Elfos Editora, 1995.
- BERRÍOS, M. R. Consumismo e geração de resíduos: **Revista Geosp** – Espaço e Tempo, n. 6 D6 – FFLCH/USP.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- GODOY, T. M. P. de. **Do Ferro Velho à Reciclagem: a rede de comercialização do lixo no Município de Rio Claro/SP**. 2002. 70f. Monografia (trabalho de formatura). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.
- HAUG, W. F. Crítica da estética da mercadoria. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.
- HOPENHAYN, M. Repensar el trabajo. História, profusión y perspectivas de um concepto. Buenos Aires: Grupo editorial Norma S.A. , 2001
- LEFÈBVRE, Henri. **A Reprodução das relações de produção**. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O Homem e a Sociedade).
- \_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo:Boitempo Editorial, 2002.
- ORTIGOZA, Silvia A. G. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.
- PINTAUDI, Silvana M. Espacio, historia y mundializacion. (Notas para evaluar las posibilidades de gestión local). In.: MEMÓRIA DO VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REDE MERCOCIDADES. **A cidade global, existe no Mercosul? Gestão urbana local em tempo mundial**. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2003.

RODRIGUES, Arlete M. **Produção e Consumo no Espaço**. Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, B. de S. (org.) **Produzir para Viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 3<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SLOTERDIJK, Peter. **No Mesmo Barco: ensaio sobre a hiperpolítica**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.